



**ASSUNTO: Procedimento de Consulta Prévia para a contratação de empreitada para
"Requalificação do polidesportivo de S. Domingos, em Santarém"
Convite à apresentação de proposta - Processo n.º 067-P-CP/2020 CPE**

Serve o presente para convidar V. Ex^a. a apresentar proposta para execução dos trabalhos em epígrafe, constantes das peças de concurso em anexo, onde são indicadas as especificações e outros elementos que, nos termos legais, terão de ser observados neste procedimento:

1 – Entidade adjudicante

Município de Santarém.

2 – Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar e de autorização da despesa foi tomada por despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara, datada de 27 de julho de 2020, no uso de competência própria, decisão tomada ao abrigo do disposto na al. a) do n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

3 – Escolha do procedimento

Ao abrigo da alínea c), do art.º 19º, do Código dos Contratos Públicos.

4 – Documentos da proposta

4.1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I.

Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

4.2. Preenchimento da "Lista de artigos", disponibilizada na plataforma eletrónica acinGov; O(s) preços unitários(s) e o preço total a constar da proposta, devem ser arredondados à segunda casa decimal e não devem incluir o IVA;





Município de Santarém
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO JURÍDICA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

4.3. Documento denominado “Proposta” que contenha os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, incluindo obrigatoriamente os seguintes elementos:

- i) Preço total da proposta (não incluindo o IVA), com o máximo de duas casas decimais;
- ii) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no Projeto de Execução (com indicação expressa da não inclusão do IVA), com o máximo de duas casas decimais;
- iii) Plano de trabalhos, tal como definido no art.º 361º do CCP (que deverá incluir o Plano de Equipamentos, Plano de Mão-de-Obra, Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro);
- iv) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra.

NOTA: O concorrente deve ser possuidor do Alvará de construção contendo as seguintes autorizações:

- a **10ª subcategoria da 2ª categoria**, com classe correspondente ao valor global da sua proposta.

[CPV: 45236119 – 7]

4.4. Documentos que contenham esclarecimentos justificativos de apresentação de preço anormalmente baixo, quando for o caso.

4.5. Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto no n.º 7 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4.6. Outros aspetos que os concorrentes considerem relevantes para a apreciação da proposta ou outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerar com interesse para o presente concurso, e que não estejam em contradição com o presente procedimento.



Câmara Municipal de Santarém
Praça do Município
2005-245 Santarém
Tel.: 243 304 267
Fax.: 243 304 206
concursos@cm-santarem.pt
www.cm-santarem.pt



Município de Santarém
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO JURÍDICA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Todos os documentos supramencionados devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

5 – Prazo para apresentação das propostas

A proposta e a documentação exigida deverão, **sob pena de exclusão, ser entregues até às 23:59 do 15.º dia após o envio do convite à apresentação da proposta.**

6 – Modo de apresentação da proposta

6.1. A proposta e os documentos exigidos, deverão ser submetidos na plataforma eletrónica www.acingov.pt.

6.2. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos definidos no art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, sob pena de exclusão da proposta.

7 – Documentos de Habilitação

O(s) adjudicatário(s) deve(m) entregar, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos:

7.1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II ao CCP e do qual faz parte integrante (em anexo).

7.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP.

7.3. Certidão do teor e de todas as inscrições em vigor da matrícula da sociedade (no caso de ser individual não se aplica) emitida pela Conservatória do Registo Comercial ou autorização para consultar a certidão permanente.

7.4. Documento comprovativo da titularidade de alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas, emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC; I.P.), contendo as habilitações necessárias à execução da obra a realizar;



Câmara Municipal de Santarém
Praça do Município
2005-245 Santarém
Tel.: 243 304 267
Fax.: 243 304 206
concursos@cm-santarem.pt
www.cm-santarem.pt



Para efeitos de comprovação das habilitações referidas anteriormente, o adjudicatário pode recorrer aos alvarás ou certificados de empreiteiros de obras públicas de subcontratados, mediante a apresentação de declaração através da qual estes se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes.

7.5. Identificação completa (B.I.) ou (C.C.) de quem representa a sociedade na assinatura do contrato.

Em alternativa, caso algum dos documentos mencionados acima se encontrem disponíveis na internet, deverá ser disponibilizado o respectivo acesso para consulta.

Nos termos do n.º 2 do art.º 86.º do CCP, existindo um facto que, eventualmente, possa determinar a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário, relativamente ao qual o facto ocorreu, para que este se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, num prazo de 2 (dois) dias úteis.

Mais se informa que, nos termos da alínea j) do artigo 115.º do anexo (Código dos Contratos Públicos) do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2/10, é concedido ao adjudicatário 3 dias úteis para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados.

Impedimentos

Nos termos das disposições legais em vigor, essa empresa não poderá estar abrangida pelos impedimentos previstos no artigo 55.º do CCP.

8 – Plano de Segurança e Saúde, Plano de Estaleiro e Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

O plano de segurança e saúde, o plano de estaleiro na fase de obra, bem como o plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição deverão ser apresentados com os demais documentos de habilitação, no prazo de 5 dias úteis a contar da receção da notificação da adjudicação.





9 – Modo e valor de prestação da caução

Não é exigida a prestação de caução, procedendo-se à retenção de 10% dos pagamentos a efectuar, nos termos do nº 3, do art.º 88º, do Código dos Contratos Públicos.

10 – Negociação

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação.

11 – Critério de adjudicação

11.1. De acordo com o artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação será efectuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, determinada pela seguinte modalidade: avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

11.2. Verificando-se um empate na classificação das propostas, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio.

- i. O Júri notifica, com o Relatório Final, os concorrentes em situação de empate, assim como os restantes interessados, caso existam, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias, da data, hora e local da realização do sorteio.
- ii. A cada concorrente em situação de empate, é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes,
- iii. Numa tombola, são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração,
- iv. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
- v. Será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

12 – Preço anormalmente baixo

A proposta será considerada de preço anormalmente baixo, quando seja, **25% ou mais inferior** ao preço base fixado no caderno de Encargos.





A necessidade de fixação de preço anormalmente baixo decorre da experiência recente, que permite constatar, em anteriores procedimentos as empresas que apresentam preços muito baixos ou não estudam convenientemente as peças do projeto, cometendo erros na orçamentação da proposta, que se refletem em dificuldades acrescidas na execução do contrato, por insuficiente orçamento, ou apresentam situações financeiras muito débeis, no limiar da incapacidade financeira, não chegando sequer a assinar o contrato ou a iniciar os trabalhos após a consignação.

O critério que presidiu à fixação do preço anormalmente baixo baseou-se na avaliação dos preços, apresentados em anteriores procedimentos, que se reflitam nos problemas acima descritos.

13 – Preço base do concurso

O preço base do concurso é de 52.847,71 € (cinquenta e dois mil, oitocentos e quarenta e sete euros e setenta e um cêntimos), acrescidos de IVA.

14 – Prazo de execução

O prazo de execução é de noventa (90) dias a contar da data da consignação.

15 – Prestação de esclarecimentos e análise de erros e omissões do Caderno de Encargos

De acordo com o disposto no art. 109.º do CCP será da competência do Júri a prestação dos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais, bem como para a análise de erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados e todas as notificações decorrentes da formação do contrato.

16 – Outras informações

O presente procedimento foi objeto, em 30 de junho de 2020, de prévia cabimentação no orçamento do Município de Santarém na rubrica económica 07010302 (Instalações desportivas e recreativas) afeta à unidade orgânica 0102 (Câmara Municipal) e está prevista no ponto 2.52.2020/21 das Grandes Opções do Plano, com o seguinte número sequencial de cabimento 20521.





Município de Santarém
CÂMARA MUNICIPAL
DIVISÃO JURÍDICA
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em tudo o não especificado no presente convite e respectivo anexo, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do CCP, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do objecto do contrato.

Com os melhores cumprimentos.

Anexos:

- Anexo I;
- Anexo II.



Câmara Municipal de Santarém
Praça do Município
2005-245 Santarém
Tel.: 243 304 267
Fax.: 243 304 206
concursos@cm-santarem.pt
www.cm-santarem.pt



ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como





membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)* e *c)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

[4] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º





ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local], ... [data], ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

